



Justiça Federal
Seção Judiciária do Amapá



CADERNO DE QUESTÕES

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE 2016.

INSTRUÇÕES

VERIFIQUE SE ESTE CADERNO:

- Contém 30 questões OBJETIVAS, numeradas de 1 a 30. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa. Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A B C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.
- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.

ATENÇÃO

- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 2 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA

O Conceito de Justiça Social

Mesmo sendo um assunto amplamente discutido, existe ainda certa confusão sobre o conceito de **justiça social**. Como conceito, a justiça social parte do princípio de que todos os indivíduos de uma sociedade têm direitos e deveres iguais em todos os aspectos da vida social. Isso quer dizer que todos os direitos básicos, como a saúde, educação, justiça, trabalho e manifestação cultural, devem ser garantidos a todos.

A Justiça e o Estado de bem-estar social

Essa ideia parte do princípio de que não é possível falar em desenvolvimento de uma sociedade considerando apenas o crescimento econômico. Nesse sentido, a noção de justiça social está atrelada à construção do que é chamado de Estado de Bem-Estar Social, isto é, um tipo de organização política que prevê que o Estado de uma nação deve prover meios de garantir seguridade social a todos os indivíduos sob a sua tutela, o que significa que o acesso a direitos básicos e as ações de seguridade social devem ser estendidos a todos

A Justiça e os valores de uma sociedade

De um ponto de vista legalista e institucional, a justiça segue o caminho das leis, uma vez que são elas que delimitam o alcance de nossas ações na sociedade civil. Todavia, como bem sabemos, as leis consideradas "**justas**" podem tornar-se "**injustas**" diante das constantes mudanças históricas de cada sociedade. Os infames casos de "legítima defesa da honra", em que maridos que assassinaram suas esposas alegaram que o fizeram em defesa de sua própria honra e tiveram suas penas reduzidas ou foram completamente irresponsabilizados, como os casos que são retratados no artigo '*Legítima Defesa da Honra, Ilegítima impunidade de assassinos, Um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina*', das autoras Silvia Pimentel, Valéria Pandjarian e Juliana Belloque, são provas de que mesmo as leis podem ser injustas.

Portanto, ao tratarmos do conceito de justiça, devemos tomar o cuidado de observar que esse é um conceito normativo, ou seja, refere-se às **normas e regras instituídas**. Hans Kelsen (1881-1973), filósofo jurista austríaco, apresenta a ideia de justiça como algo além da

apreensão cognitiva, isto é, algo além de nossas capacidades sensoriais, pois se trata de um julgamento de valor completamente dependente de nossa constituição moral.

(...)

01 Com base no texto, observe as proposições abaixo:

- I. De acordo com o filósofo Hans Kelsen, a justiça não pode ultrapassar os limites do conhecimento.
- II. Justiça Social e Estado de Bem-estar social são conceitos totalmente dissociados em qualquer acepção.
- III. Diante das constantes mudanças históricas de cada sociedade, as leis se tornam injustas.

Após a análise, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a I é correta.
- (B) Todas estão equivocadas.
- (C) II e III estão corretas.
- (D) Todas estão corretas.
- (E) Apenas a III está equivocada.

02 A passagem, "Mesmo sendo um assunto amplamente discutido, existe ainda certa confusão sobre o conceito de justiça social.", foi reescrita, sem prejuízo gramatical e semântico, em:

- (A) Ainda que seja um assunto amplamente discutido, há, ainda certa confusão sobre o conceito de justiça social.
- (B) Há, ainda, certa confusão sobre o conceito de justiça social, embora seja um assunto amplamente discutido.
- (C) Há, ainda, certa confusão a cerca do conceito de justiça social, ainda que seja um assunto amplamente discutido.
- (D) Mesmo sendo, um assunto amplamente discutido, existe ainda certa confusão no conceito de justiça social.
- (E) Contanto que seja um assunto bastante discutido, há, ainda, certa confusão sobre o conceito de justiça social.

03

"Portanto, ao tratarmos do conceito de justiça, devemos tomar o cuidado de observar..."

O articulador destacado na passagem acima pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por:

- (A) Contudo
- (B) Conquanto
- (C) Porquanto
- (D) Por conseguinte
- (E) Enquanto

04

"...refere-se **às normas e regras instituídas**..."

O acento indicativo de crase deverá ser mantido, se o segmento destacado for substituído por:

- (A) a qualquer norma.
- (B) a muitas normas.
- (C) a esta norma.
- (D) a este normativo.
- (E) a própria norma.

05

“De um ponto de vista legalista e institucional, a justiça segue o caminho das leis, uma vez que são elas que delimitam o alcance de nossas ações na sociedade civil. Todavia, como bem sabemos, as leis consideradas **“justas”** podem tornar-se **“injustas”** diante das constantes mudanças históricas de cada sociedade.”

Acerca dos fenômenos linguísticos da passagem acima, é correto afirmar que:

- (A) Há uma relação de sinonímia entre as palavras destacadas.
- (B) O elemento “Todavia” sugere uma ideia de conclusão no texto.
- (C) A primeira vírgula isola um vocativo antecipado.
- (D) a forma verbal “segue” exige complemento direto, ou seja, não regido por preposição.
- (E) todos os verbos desse trecho foram flexionados na 3ª pessoa.

INFORMÁTICA

06 A operação de enviar um arquivo do computador local para um servidor na Internet, entendendo-se servidor como outro computador remoto conectado na Internet, é chamada de

- (A) Transferência Secundária.
- (B) Download.
- (C) E-mail.
- (D) Upload.
- (E) Transferência Primária.

07 Para se pesquisar, no Google, a palavra "Justiça Federal do Amapá", exatamente como ela foi escrita, deve-se utilizar, na barra de pesquisa, o símbolo ou termo:

- (A) "Justiça Federal do Amapá"
- (B) -Justiça Federal do Amapá
- (C) info: Justiça Federal do Amapá
- (D) Justiça Federal do Amapá
- (E) cache: Justiça Federal do Amapá

RACIOCÍNIO LÓGICO

08 Nas afirmativas: “O pai do neto é o neto do meu pai”, e “o pai do padre é filho único do meu pai”. Podemos afirmar:

- (A) Existem 3 pessoas na primeira afirmação, e o padre é meu filho.
- (B) Existem 4 pessoas na primeira afirmação, e o padre é meu pai.
- (C) Existem 4 pessoas na primeira afirmação, e o padre é meu filho.
- (D) Existem 3 pessoas na primeira afirmação, e o padre é meu pai.
- (E) Nenhuma das afirmações anteriores é verdadeira.

09 Nas frases: “Se eu não sou tio de José, sobrinho consanguíneo do meu irmão, qual o meu parentesco com José?”, e “O Pai de Ilma tem cinco filhas: Iraná, Iranê, Irani, Iranó. Qual é a quinta filha?”. Podemos afirmar que:

- (A) José é meu filho e a quinta filha é Iranú.
- (B) José é meu irmão e a quinta filha é Iranú.
- (C) José é meu primo e a quinta filha é Ilma.
- (D) José é meu filho e a quinta filha é Ilma.
- (E) José não é meu parente e a quinta filha é Iranú.

10 Um agente administrativo foi incumbido de tirar cópias das 255 páginas de um texto. Para tal ele só dispõe de uma impressora que apresenta o seguinte defeito: apenas nas páginas de números 8, 16, 24, 32, ... (múltiplos de 8) o cartucho de tinta vermelha falha. Considerando que em todas as páginas do texto aparecem destaques na cor vermelha, então, ao tirar uma única cópia do texto, o número de páginas que serão impressas sem essa falha é

- (A) 226
- (B) 225
- (C) 224
- (D) 223
- (E) 222

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PENAL

11 Sobre o crime, podemos afirmar que é correta a seguinte assertiva:

- (A) o crime tentado é aquele que ocorre quando se reúnem todos os elementos da definição legal.
- (B) arrependimento posterior é quando o agente, voluntariamente, impede que o resultado se produza, ocasião em que somente responderá pelos atos já praticados.
- (C) Não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito, mas responderá pelo excesso doloso ou culposos.
- (D) a desistência voluntária ocorre quando o agente, voluntariamente, insiste em prosseguir na execução do crime.
- (E) não responde pelo crime o terceiro que determina o erro.

12 Ocorre a extinção da punibilidade, **EXCETO**:

- (A) quando o agente possui 70 anos de idade, na data da sentença.
- (B) pela prescrição, decadência ou perempção.
- (C) pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.
- (D) pela anistia, graça, indulto.
- (E) pela morte do agente.

13 Quanto ao concurso de crimes, é correto afirmar que:

(A) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro a de detenção.

(B) No concurso material de crimes, quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultaneamente as que forem incompatíveis entre si e sucessivamente as demais.

(C) caracteriza-se o crime continuado quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

(D) caracteriza-se o crime formal quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

(E) o benefício da suspensão condicional do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

14 “Em relação ao processo penal enquanto sistema jurídico de aplicação do Direito Penal, estruturado em sólidas bases constitucionais, pode-se adiantar a existência de alguns princípios absolutamente inafastáveis e, por isso, fundamentais, destinados a cumprir a árdua missão de proteção e tutela dos direitos individuais” (PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. 19ª Ed. Revisada e atualizada – São Paulo: Atlas, 2015. Pág. 37). Quanto aos princípios do direito processual penal, é correto afirmar que:

(A) O princípio da vedação das provas ilícitas está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988.

(B) o princípio do juiz natural, no ordenamento jurídico brasileiro, permite a atuação do chamado Juiz ou Tribunal de Exceção.

(C) Pelo princípio da não autoincriminação, considerado um princípio constitucional implícito, o acusado é obrigado a participar de qualquer atividade probatória, inclusive a que implique em intervenção corporal, como o exame grafotécnico.

(D) o princípio do contraditório permite que apenas o réu se manifeste sobre os fatos alegados ou sobre as provas produzidas no processo.

(E) o princípio da publicidade é absoluto no direito processual penal, razão pela qual não admite exceções.

15 Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que:

(A) Não cabe recurso contra o despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial.

(B) nos crimes de ação penal pública, o inquérito pode ser iniciado mediante requisição da própria autoridade judiciária.

(C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que contrarie a moralidade ou a ordem pública.

(D) A autoridade judicial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

(E) O inquérito policial é peça obrigatória para que o Ministério Público possa oferecer a denúncia, no prazo de 15 dias.

16 No que se refere aos sujeitos do processo penal, é **INCORRETO** afirmar que:

(A) A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.

(B) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

(C) Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

(D) O acusado foragido não será processado ou julgado sem defensor.

(E) A ação penal será adiada se for impossível a identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos, ainda que seja certa a identidade física.

DIREITO CIVIL

17 São pessoas jurídicas de direito privado, **EXCETO**:

(A) as fundações.

(B) as autarquias, inclusive as associações públicas.

(C) as associações.

(D) as sociedades.

(E) os partidos políticos.

18 Quanto à prescrição e decadência no Direito Civil, é correta a seguinte afirmação:

(A) A renúncia da decadência pode ser expressa ou tácita.

(B) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

(C) corre normalmente a prescrição contra os menores de dezesseis anos.

(D) não corre a prescrição contra os que acharem servindo nas forças armadas, em tempo de guerra.

(E) a interrupção da prescrição pode ocorrer mais de uma vez.

19 A Lei n. 13.146/2015 instituiu o chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência no Brasil, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Esta lei, bem como a Lei n. 13.151/2015, modificaram significativamente alguns dispositivos no Código Civil de 2002. Assim, quanto às pessoas naturais, pessoas jurídicas, e aos negócios jurídicos previstos no atual Código Civil, é correto afirmar:

(A) São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

(B) é nulo o negócio jurídico quando realizado por agente relativamente incapaz.

(C) É de três anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.

(D) a Fundação somente poderá constituir-se para fins de atividades religiosas, culturais, segurança alimentar, assistência social, educação, entre outros objetivos taxativamente previstos no CC/2002.

(E) a capacidade dos indígenas está regulada no Código Civil de 2002.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

20 A Lei n. 13.105/2015 instituiu o Novo Código De Processo Civil, com a apresentação de novidades processuais relevantes em comparação ao CPC/1973. A respeito dos dispositivos do novo diploma legal, é correto afirmar que:

(A) Os juízes e os tribunais são obrigados a atender à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

(B) os processos criminais, nos órgãos jurisdicionais que tenham competência penal, figuram como exceção à regra de que os juízes e os tribunais, preferencialmente, atenderão à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

(C) a lesão a direito pode ser excluída da apreciação jurisdicional.

(D) é vedada a arbitragem.

(E) Nos casos de segredo de justiça, somente a presença das partes é autorizada na sessão de julgamento dos órgãos do Poder Judiciário.

21 O princípio do contraditório está previsto no art. 5º, LV, da Constituição Federal, sendo essencial para o devido processo legal. No Novo Código de Processo Civil, referido princípio ganhou considerável destaque. A respeito no princípio do contraditório no NCPC, assinale a alternativa correta:

(A) É assegurada às partes a paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao Ministério Público zelar pelo efetivo contraditório.

(B) Em nenhuma hipótese se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

(C) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

(D) a tutela provisória de urgência configura como uma exceção à regra do princípio do contraditório, pois nesse caso poderá ser proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida (*inaudita altera pars*).

(E) o princípio do contraditório, por ser constitucionalmente assegurado, é absoluto.

22 Quanto às nulidades no Novo Código de Processo Civil, é correto afirmar:

(A) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

(B) O Novo CPC extinguiu a possibilidade de nulidade relativa no direito processual civil, só havendo previsão de nulidade absoluta.

(C) Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz a pronunciará e mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

(D) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir; mas essa nulidade só poderá ser decretada após a intimação do MP, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

(E) O erro de forma do processo acarreta a anulação de todos os atos.

DIREITO AMBIENTAL

23 Em relação ao meio ambiente previsto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, marque a questão **INCORRETA**:

(A) Aquele que explorar recursos minerais não fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

(B) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

(C) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

(D) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

(E) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

24 Dentre outros, aos juízes federais **NÃO** compete processar e julgar:

(A) A disputa sobre direitos indígenas.

(B) Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

(C) As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.

(D) Os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal.

(E) Os *habeas corpus*, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição.

25 No que tange à Emenda Constitucional, é correto afirmar:
(A) A Constituição, mediante requerimento da maioria absoluta do Senado Federal, poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

(B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

(C) Poderá, durante o estado de sítio, ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.

(D) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(E) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

26 Com relação à classificação das Constituições, considere as afirmativas abaixo:

I. Quanto à origem: as Constituições cesaristas são outorgadas, mas dependem de ratificação popular por meio de referendo.

II. Quanto à forma: as Constituições só podem ser escritas.

III. Quanto à estabilidade: a Constituição é rígida quando exige um processo legislativo especial para a mudança do seu texto, mais difícil que o processo legislativo previsto para as demais leis do ordenamento.

IV. Quanto à finalidade: a Constituição dirigente é aquela que define fins, programas, planos e diretrizes para a atuação futura dos órgãos estatais.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

(A) I e IV.

(B) I e III.

(C) I, II e IV.

(D) I, III e IV

(E) III e IV.

27 Com relação à ação direta de inconstitucionalidade, é **INCORRETO** afirmar que:

(A) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade o Governador de Estado ou do Distrito Federal, em matéria que comprovem interesse.

(B) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

(C) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

(D) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

(E) Admitir-se-á a intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

28 Fabiano trabalhou por 30 anos, até o seu falecimento, em uma empresa de papelaria, com registro na sua carteira de trabalho e previdência social. Fabiano era casado, no momento do óbito, com Cláudia, mas era divorciado de Andréa, para quem pagava pensão de alimentos. Ele tinha três filhos, Paulo, 8 anos, Lídia, 6 anos e Arthur de 2 anos. Seus pais, José e Maria, moravam e dependiam exclusivamente dele para sobreviver. Nessa situação, são dependentes de Fabiano para fins de recebimento de pensão por morte:

(A) Paulo, Lídia e Arthur.

(B) Cláudia, Paulo, Lídia e Arthur.

(C) Cláudia, Paulo, Lídia, Arthur, Maria e José.

(D) Cláudia, Andréa, Paulo, Lídia, Arthur, Maria e José.

(E) Cláudia, Andréa, Paulo, Lídia e Arthur.

29 Marieta trabalha exclusivamente com agricultura em seu terreno rural de apenas 1 (um) módulo fiscal, no qual desenvolve a atividade em regime de economia familiar, sem auxílio de empregados ou de terceiros. Marieta acabou ter parto normal de seu primeiro filho. Nessa situação, Marieta

(A) tem direito ao salário-maternidade, independente de comprovação de carência, pois tal benefício é isento de carência para a segurada especial.

(B) tem direito ao salário-maternidade, que terá a duração de 180 dias.

(C) tem direito ao salário-maternidade, desde que comprove o efetivo exercício da atividade rural por pelo menos 10 meses, ainda que de forma descontínua, imediatamente anterior ao parto.

(D) não tem direito ao salário-maternidade por não possuir contribuição previdenciária.

(E) tem direito ao salário-maternidade, que será no valor de dois salários-mínimos mensais.

30 José completou 65 anos de idade em 2015, tendo comprovadamente 30 anos de contribuições para a previdência social na condição de segurado empregado, sempre na profissão de assistente administrativo. Nessa situação, José

(A) tem direito a aposentadoria por idade, a qual terá como renda mensal inicial 70% do salário-de-benefício, acrescido mais um por cento deste por grupo de doze contribuições mensais, até o máximo de trinta por cento de acréscimo.

(B) tem direito de optar pela aposentadoria por idade ou pela aposentadoria por tempo de contribuição, podendo escolher a que lhe for mais favorável.

(C) tem direito a aposentadoria por tempo de contribuição, que terá como mensal inicial 100% do salário-de-benefício multiplicada pelo fator previdenciário.

(D) tem direito a aposentadoria por tempo de contribuição na regra 85/95.

(E) não tem direito a nenhuma aposentadoria da previdência social.